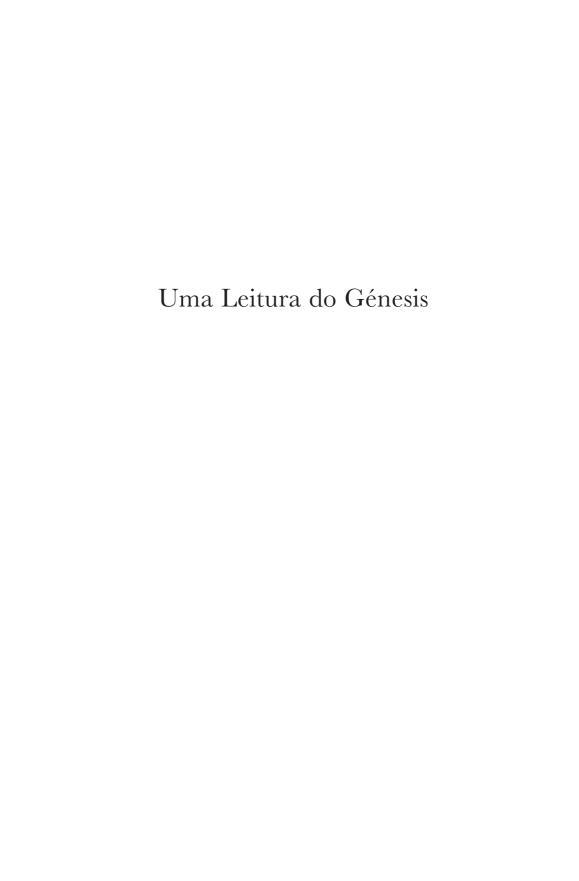
Índice

Uma Leitura do Génesis	9
Génesis	197



A Bíblia é uma teodiceia, uma meditação sobre o problema do mal. Sendo isto verdade, tem de tomar em consideração as coisas como elas são. Tem de reconhecer de modo que façam sentido os aspetos mais sombrios da realidade que vivemos, e também de os reconciliar com a bondade de Deus e do próprio Ser, com que esta escuridão tão nitidamente contrasta. Quer isto dizer que a Bíblia é uma obra de teologia, não apenas um dos textos principais em que a teologia se baseia. Vou sugerir que, nos capítulos iniciais do Génesis¹, a Criação perfeita de Deus sofre uma série de transformações, de declinações que permitem a anomalia de uma criatura imperfeita e alienada no centro de tudo — nós próprios, ainda assim sagrados, ainda assim amados por Deus. Dizer que a narrativa nos guia através destas declinações — a Queda e a perda do Éden, depois o Dilúvio e as leis que permitem matar animais e homicidas, a seguir a desintegração da união humana

¹ Para a tradução dos excertos do Génesis, Éxodo e Cântico dos Cânticos, consultámos *Antigo Testamento: Génesis, Éxodo e Cântico dos Cânticos.* Ilustrações de Marc Chagall. Trad. de Herculano Alves, António da Rocha Couto, José Tolentino de Mendonça. Lisboa: Relógio D'Água, 2013. Para as restantes citações da Bíblia, a tradução de referência foi a da Sociedade Bíblica, disponível em https://www.biblia.pt/sbp/traducoes-sbp. Para assegurar a legibilidade e a proximidade entre as traduções em português e as traduções em inglês citadas e comentadas pela autora, foram feitas algumas alterações, cotejando diferentes traduções. (*N. T.*)

em Babel — não é afirmar que estas coisas aconteceram ou não, mas sim que esta sequência expressa uma conceção complexa da realidade. Nada do que vem a seguir diminui o magnífico relato dos primeiros momentos do Ser e da criação da humanidade à Sua imagem, apesar do movimento de afastamento relativamente ao mundo da intenção original de Deus — por muito que seja necessário modular esta afirmação com a fé de que Ele tem uma intenção maior e mais abrangente que não pode falhar. Dentro do supremo mistério dos desígnios de Deus, há as parábolas dos profetas e sábios. A História e a experiência são, em si mesmas, parábolas que aguardam os seus profetas.

De onde quer que tenha surgido, esta sequência narrativa estabelece uma descrição profunda e essencial do bem sagrado, tornando realidades secundárias o sofrimento e a labuta, assim como a punição pela morte. Nesta construção da realidade — o bem absoluto, a que se sobrepõem, sem nunca o diminuir nem transformar, as adaptações temporais à natureza humana —, há lugar para a fidelidade a este bem superior. A graça modifica a lei. A lei não pode limitar a graça.

Vou falar dos «escritores» dos livros de Moisés porque me parece que estes textos foram produto de reflexão e refinamento desenvolvidos ao longo de gerações ou séculos. Isto não é uma versão da chamada hipótese documental, segundo a qual há diferentes fontes identificáveis, documentos que podem ser atribuídos a autores de determinadas regiões ou fações, tão pouco reconciliados ou assimilados uns pelos outros, que há, de facto, suturas no texto, incoerências em assuntos tão importantes como a natureza de Deus. Sei que, para alguns, pode parecer que a sugestão de autoria humana nega o caráter sagrado e único da Bíblia. A própria Bíblia, no entanto, nomeia os autores humanos da maioria dos seus livros, o que talvez não queira dizer mais do que um conjunto de textos tem afinidades com o pensamento de

determinado professor ou escola. Por outras palavras, quer estas atribuições reflitam autoria tal como a entendemos, quer não, na própria Bíblia não há ansiedade relativamente à sua associação a cabeças, palavras, vidas e paixões humanas. É um daqueles casos dignos de atenção em que temos pior opinião de nós mesmos do que a Bíblia justifica.

Depreendo que, durante o seu desenvolvimento, os que as compuseram e emendaram refletiram muito a sério sobre as Escrituras, e que isto criou uma coerência profunda, estabilizando os conceitos ou ensinamentos difíceis, a ponto de nos permitir pensar que as passagens mais antigas e mais recentes se elucidam mutuamente. Imagino um círculo de rabis devotos e eruditos perante a palavra, recordando juntos o que as avós lhes haviam contado, encontrando a beleza de uma recordação antiga num fraseado invulgar, constatando juntos que estas estranhas histórias transmitiam uma sensação da presença de Deus profusamente renovada nas suas reverentes reflexões. É assim que as religiões vivem no mundo. Depreendo que, num grau totalmente excecional, estas reflexões encontraram o caminho até à verdade.

Nós, modernos, sentimos uma espécie de segurança quando encontramos uma mancha de facciosismo ou egoísmo nas coisas que os seres humanos fizeram. A hermenêutica da suspeita acordou cedo nas leituras oitocentistas destes mesmos textos. Se, de facto, foram compostos a partir de diferentes «documentos», com autores que é possível deduzir a partir da linguagem e das ênfases, e com finalidades que, em vez de serem teológicas, afinal eram políticas ou facciosas, então o dilúvio de artigos publicados é motivo de vergonha para milhares de anos de credulidade.

Ninguém quer fazer parte do grupo dos crédulos. A própria crença está perigosamente próxima da credulidade, facto que há gerações atormenta a Igreja com uma espécie de angústia tépida. Aqui, proponho que há uma hermenêutica da autopreservação que desativa a interpretação e que, de modo geral, se traduz num abandono da metafísica enquanto modo legítimo de pensamento.

Faz algum sentido que se comprometa a própria metafísica por o suposto bando de autores dos documentos que os estudiosos identificam como E, J, P e D, com todos os seus supranumerários, não pensar teologicamente? É como dizer que, se tivessem filmado no Arizona a chegada à Lua, não haveria universo. É impressionante como a escala do pensamento se contraiu com a perda da teologia a sério. Um Kant ou Hegel contemporâneo não iria muito longe com o vocabulário de pensamento que agora nos é permitido. De qualquer modo, pode parecer que os textos bíblicos, em geral, existem sob a sombra de uma desmistificação que por acaso ainda não lhes tocou. Na verdade, são demasiado resistentes para serem produto de banais cálculos terrenos. Esta qualidade de pensamento mantém-se em toda a Bíblia.

Desde os primórdios da História do cristianismo, tem-se atribuído grande importância às decisões coletivas relacionadas com a linguagem dos credos, a fiabilidade das traduções e por aí adiante. Os cânones da Bíblia Hebraica e da Bíblia Cristã eram decididos por conselhos. Os escritos dos teólogos mais importantes podem ser virtualmente deuterocanónicos, mesmo, ou sobretudo, quando se esquece que determinada doutrina tem uma história e uma origem. Parto do princípio de que a reflexão sobre a Escritura levada a cabo por aqueles que a compuseram era de natureza teológica, regida por crenças de uma importância primordial, a primeira das quais é a de que Deus é um. Crucialmente, o texto só podia depender da fé profunda na ideia de que a comunidade que a criava, estudava e venerava o fazia ao serviço de uma extraordinária vocação, para incorporar o conhecimento de Deus na linguagem. Parto do princípio de que o texto, como um todo, se desenvolveu com plena consciência do texto tal como existia até esse ponto e também das tradições, dos pensamentos e dos acontecimentos que lhe poderiam ser assimilados. Durante séculos, a Escritura cresceu a partir desta base, refletindo constantemente sobre si mesma,

vendo a História em curso como significativa ou reveladora, como haviam sido as vidas dos patriarcas e o grande êxodo.

De acordo com a Escritura, um clã de pastores com um antepassado em comum — Abraão — foi escravizado no Egito durante séculos, migrando depois para as terras de Canaã sob liderança de uma figura chamada Moisés. Ali, com o tempo, tornou-se uma sociedade, uma nação. A crença unificadora que formou um só povo a partir desta federação de tribos foi a de que eram um caso especial na relação de Deus com a humanidade, primeiro que tudo pelo facto de terem um conhecimento de Deus que emergia de uma relação com Ele, iniciada por Ele. Deus estabelecera com eles uma aliança que lhes assegurava a Sua lealdade graças a um compromisso com os seus antepassados. Quando Deus, falando com Moisés, Se identifica como «o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacob», invoca um passado muito remoto, a quatrocentos anos de distância da geração do êxodo. No período intermédio, parece não haver continuidade do patriarcado da aliança a invocar, nenhum modo de vida do povo no Egito a preservar após a migração, apesar de haver elementos de ordem social, tribos e anciãos. Entre estas pessoas, deve sobreviver a memória do Deus de Abraão, já que Moisés pede a Deus um nome que as pessoas reconheçam e recebe um YHWH², que os estudiosos modernos escrevem e pronunciam como Yahweh. (Em Génesis 4:26, no tempo de Caim, diz-se que os homens começaram a invocar este nome.) Salienta-se no texto que a mãe e o pai de Moisés e Aarão, seu irmão, pertencem à tribo sacerdotal dos levitas. A mãe tem um nome teóforo: Joquebede. E Moisés leva os ossos de José para Canaã, cumprindo o seu último desejo. Só estes pormenores sugerem continuidade da fé e da cultura dos patriarcas.

Então de onde vêm as histórias dos patriarcas? Depreendo que as narrativas do Génesis foram coligidas por altura do êxodo e

 $^{2\,}$ Nas traduções em língua portuguesa, a tradição consagrou «SENHOR» como representação da forma hebraica YHWH. ($N.\,T.$)

mais tarde, numa altura em que o facto de esta multidão libertada participar numa História e numa identidade associada a estes nomes deve ter suscitado um grande interesse pelas histórias antigas sobre eles. Se Moisés foi adotado por uma princesa egípcia, é provável que, durante uma série de anos, tenha ficado com a sua ama de leite, até ser uma criança robusta, pelo menos. Portanto, a sua mãe pode ter-lhe enchido a cabeça de sabedoria popular hebraica, visões da antiga liberdade, antes de a sua aculturação como egípcio começar. Por outro lado, Moisés é considerado egípcio, mesmo por outros hebreus. Tanto Moisés como Aarão são nomes egípcios e não há memória de eles terem nomes hebraicos. Só já adulto começou Moisés a identificar-se com o seu povo e depois, num impulso súbito, isso separou-o dele. Quando percebeu que Deus lhe tinha falado, invocando estes nomes tão antigos — Abraão, Isaac e Jacob —, Moisés pode ter escutado com grande interesse todas as histórias sobre as tribos de Israel nas gerações anteriores à descida para o Egito. Convém notar que, em comparação com as histórias de heróis que são consideradas a âncora das identidades de outras culturas antigas, estas histórias dos patriarcas são extraordinariamente humanas no que toca à escala, brandas, domésticas até. De qualquer modo, formam o núcleo não só de uma literatura forte, mas também de uma identidade forte.

Tudo isto pressupõe que o próprio Moisés é uma figura histórica. Há tantos legisladores importantes na antiguidade, tantos criadores e heróis das nações, que, no caso dele, a dúvida parece tendenciosa. Dido, rainha de Cartago, era uma mulher de carne e osso, irmã proscrita de um Pigmalião de carne e osso. Como as consequências históricas da vida de Moisés foram, e continuam a ser, desmesuradamente grandes, é fácil esquecer que, em comparação com um Ciro, um Tamerlão ou um Alexandre, Moisés é uma figura muito menor. No que toca a vidas sacrificadas, países subjugados ou riqueza acumulada, o seu impacto foi extremamente modesto e plenamente credível. Vou partir do princípio de que tanto Moisés, aquele com quem o Senhor falou cara a cara,